

4

Estudo dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC's) e Orla de Costa Azul

4.1

Histórico de Criação das Unidades de Conservação em Rio das Ostras¹

Para contextualizar e fundamentar nossa análise geral das UC's do Município de Rio das Ostras, usaremos como referência informações contidas no histórico de criação das UC's, fornecido pela própria prefeitura através da SEMADS, e a legislação brasileira em vigor.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC foi instituído, em resposta a demandas sociais de décadas, pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, e “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e Gestão das Unidades de Conservação” (Lei 9.985/ 2000, Art. 1º).

Mesmo antes da aprovação da Lei 9.985/2000, o município já contava com um Parque Municipal, criado em 1997, que preserva um pequeno fragmento de Mata Atlântica e que vem sendo utilizado para atividades de lazer e educação ambiental.

O município realizou a I Conferência Municipal de Meio Ambiente, em 1988. A partir de então se indicou a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, instituído através do Decreto nº 335/98. O Conselho foi composto por representantes de instituições técnicas de áreas afins ao meio ambiente, representantes da sociedade civil organizada e representante do Poder Público, com competência para deliberar, orientar, acompanhar e fiscalizar todas as questões ambientais do Município de Rio das Ostras. Aqui ressaltamos a questão do critério territorial da sustentabilidade, e a busca por territorialidades

¹ Baseamos nossa análise em documento informativo elaborado e fornecido pela SEMADS de Rio das Ostras. O mapa em anexo (Ver Anexo 7.4, Mapa, pag96) mostra as Unidades de Conservação contempladas no trabalho.

socioambientais construídas em conjunto atores e agentes da realidade sócio-espacial local, em todo processo de regulamentação territorial das UC do Município de Rio das Ostras.

A primeira atuação efetiva conselho foi na regulamentação das áreas protegidas foi a criação, através do Decreto nº 028/2000, da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry.

Nos dias 11 e 12 de Novembro de 2001, houve a II Conferência Municipal de Meio Ambiente. No seu relatório final, com o título referente às Câmaras Temáticas de Gerenciamento Costeiro e Mata Atlântica, entre outras propostas, foi apresentada a criação de Unidades de Conservação no âmbito do território municipal.

Posteriormente, através da Portaria 071/2002, foi nomeada uma “Comissão para elaborar estudos e relatório, visando à definição do uso do solo urbano deste Município, objetivando a proteção ao meio ambiente”.

Este estudo propiciou a identificação de áreas de interesse ambiental, definidas em normas legais, fornecendo subsídios técnicos para proposta de gestão territorial.

Nos trabalhos da Comissão de Estudos Ambientais foram realizadas vistorias e elaborada base cartográfica, abrangendo limites políticos, fitofisionomia, hidrografia, uso atual do solo, altimetria e a identificação das áreas legalmente protegidas, que permitiram a caracterização geoambiental do Município de Rio das Ostras, incluindo seus dados geográficos, fatores bióticos e abióticos. Todos esses dados constam nos Planos de Manejo de cada Unidade de Conservação e em nossa análise procuramos identificar pontos fundamentais.

O estudo elaborado foi encaminhado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como à Secretaria de Meio Ambiente, que apresentou ao Poder Executivo as justificativas para a criação das unidades.

Como resultado, foram criadas as seguintes Unidades de Conservação: Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus, Monumento Natural dos Costões Rochosos e o Parque Natural Municipal dos Pássaros no ano de 2002. Em fase final de estudo, encontram-se as Unidades de Conservação para proteção do manguezal do Rio das Ostras e as áreas verdes dos loteamentos, que irão compor o mosaico de unidades de conservação do Município, garantindo assim a manutenção dos principais ecossistemas locais.

No Brasil, o Sistema Nacional de unidades de conservação da Natureza (SNUC) vem classificando as áreas protegidas como de uso indireto e direto dos recursos, nos níveis, federal, estadual e municipal. Segundo o SNUC, o manejo das diversas categorias de Unidades de Conservação é diferenciado, acolhendo sempre a contribuição de todos, para que os objetivos nacionais de conservação sejam atendidos. Portanto constitui-se, em um instrumento amplo, porém integrado, que visa garantir a manutenção dos processos ecológicos, representados em amostras dos diferentes ecossistemas do País. As áreas protegidas segundo o SNUC, são agrupadas em:

A) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INDIRETO (PROTEÇÃO INTEGRAL), que são aquelas onde estão totalmente restringidos à exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se, apenas, o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como Unidades de Proteção Integral. Fazem parte dessa categoria: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica e Reserva Ecológica.

B) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO DIRETO (MANEJO SUSTENTADO). São aquelas na qual a exploração e o aproveitamento econômico direto são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada, ou seja, que visem o desenvolvimento sustentado. Estão nessa categoria: Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental.

Para que as Unidades de Conservação de uso indireto, que preconizam proteção integral e manejo sustentado, possam atingir seus objetivos faz-se necessário um planejamento específico, e o mesmo se encontra estruturado no seu Plano de Manejo. Nos baseamos no Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Município de Rio das Ostras para uma análise, a luz das dimensões e critérios de sustentabilidades e valores éticos socioambientais. De acordo com o Plano de Manejo, da APA de Iriry preparado pela própria equipe da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, temos:

“A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos nas Unidades de Conservação, com a utilização dos benefícios deles advindos, devem ser elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado do local. Tais estudos são denominados de Plano de Manejo Ambiental. Entende-se por Plano de Manejo Ambiental o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de uma Unidade de Conservação, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades” (Plano de Manejo, pag.15).

Sempre é bom lembrar que os objetivos de conservação da natureza devem evidenciar a necessidade de criar unidades de conservação, estruturadas em um sistema que tem por finalidade organizar, proteger e gerenciar estas áreas naturais nacionais e regionais. No caso de algumas categorias de áreas protegidas, estas também representam uma oportunidade de desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais, além da importância de outros valores estéticos, culturais, espirituais, turísticos e educacionais. Ressaltamos a importância dos valores mais relacionados a uma dimensão espiritual da sustentabilidade: a reflexão, a interiorização e a contemplação sobre a natureza por parte dos gestores, da população local, e dos turistas. As unidades de conservação devem relacionar-se intrinsecamente aos processos espaciais que vão além dos aspectos que revelem suas interações entre flora, fauna e relevo, como afirma Freitas²:

“Há de se contextualizar geograficamente a porção do espaço sobre a qual recaem os interesses do planejamento, de forma a atingir as dimensões responsáveis pela gênese e dinâmica daquele espaço. Para que efetivamente se cumpram as atribuições de uma unidade de conservação, esta tem de estar relacionada com as dinâmicas sociais, e suas particularidades, inerentes ao espaço geográfico definido e seu entorno” (FREITAS, M.Mota de, 2003).

De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que analisa o perfil dos municípios brasileiros em relação ao meio ambiente, houve, em relação ao Município de Rio das Ostras, alterações na paisagem de áreas legalmente protegidas principalmente por queimadas, desmatamento e caça ilegal de animais. Apesar disso, houve nos últimos anos um empenho maior de monitoramento e controle da gestão pública quanto a expansões urbanas, relacionados à especulação imobiliária e ocupações irregulares. Também houve uma implementação de políticas de educação ambiental em relação às unidades de conservação. Cabe aqui uma observação na prática da gestão pública, estabelecendo programas de conscientização junto à população, alertando quanto aos danos causados pelas práticas de queimada, desmatamento e caça. Assim vemos que a incorporação da dimensão espiritual, na sua tríplice relação de refletir, interiorizar e contemplar, é primordial para efeito

² O referido trabalho é uma análise sobre um Unidade de Conservação na localidade de Grumari no Rio de Janeiro, mas suas concepções gerais se adaptam muito bem ao nosso trabalho. FREITAS, M.M. – 2003- Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do Parque Municipal de Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ. 2003, 247p. Tese (Doutorado), Programa de Pós -graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

de conscientização da população residente no entorno das Unidades de Conservação.

Neste sentido vemos que o processo de formação de territorialidades - que se concretiza através dos moradores, veranistas, e visitantes do Município de Rio das Ostras - devem ser caracterizadas por estratégia para a conservação, com procedimentos, que incorporem dimensões e critérios de sustentabilidade e valores éticos socioambientais, que garantam a reprodução social do espaço em associação com a conservação da biodiversidade. Esta forma de manutenção da territorialidade local, não deve ser apenas baseada na incorporação da população local nas atividades do parque, e sim num leque de opções que promovam o sentido de pertencimento e subjetivação da natureza local.

A seguir faremos uma análise mais generalizada do Plano de Manejo das seguintes Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental (APA) de Iriry, Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Itapebussus, e o Monumento Natural (MN) dos Costões Rochosos. No que se refere ao Plano de Manejo do Parque dos Pássaros, faremos uma análise mais detalhada.

4.2

Análise da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de IRIRY **APA da Lagoa de Iriry³**

Áreas de Proteção Ambiental (APA) - Criadas de acordo com a Lei Nº 6.902 de 27 de abril de 1.981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Constituídas por áreas públicas e/ou privadas, têm o objetivo de disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem estar das populações humanas que aí vivem; resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

Criada pelo Decreto Municipal nº 028 / 2000 e regulamentada pela Lei Municipal nº 740 / 2003, a área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry localiza-se no Município de Rio das Ostras, possui uma área de 849.873m² e perímetro de 5473,64m, constituindo faixa de terra de largura variável entre a Rodovia Amaral

³ Todos os Planos de Manejo das UC's, contempladas em nosso trabalho, foram gentilmente cedidos por Francisco José Figueiredo Coelho, gestor do Parque Municipal dos Pássaros.

Peixoto e o Oceano Atlântico, disposta sobre os loteamentos Jardim Bela Vista, Mary e Lago, Terra Firme e Reduto da Paz.

Como uma APA, a da Lagoa do Iriry, possui certo grau de ocupação humana (ver mapa), é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos, ou culturais, importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Lei Federal nº 9.985 art. 15º)

De acordo com o próprio Plano de Manejo para APA de Iriry, o seu objetivo geral fundamental seria:

“O objetivo geral do Plano de Manejo Ambiental é otimizar a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural nele presente, de forma que seja possível sua utilização como área de lazer, turismo e produção cultural, pela população em geral, bem como pelos visitantes da cidade, sendo a responsabilidade pela implementação e manejo do presente plano da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP”. (Plano de Manejo, pag.28).

Ressaltamos que de acordo com o histórico de formação das UC's, com as informações contidas no plano e reveladas pela própria equipe da SEMAP, o mesmo foi desenvolvido com base em dados primários (levantamento de campo) e complementado com dados de bibliografia, consulta aos órgãos da administração municipal e contatos informais com a população vizinha à área do empreendimento, além de entrevistas com lideranças locais. Destacamos a questão do critério territorial nesse processo de territorialização.

A APA da Lagoa de Iriry, possui área de 982.742,43 m² e perímetro de 5.781,00m. Dentre os atributos manifestados no Plano de Manejo, destacamos:

- Disciplinar o processo de ocupação da área a fim de proteger a diversidade biológica, seus atributos bióticos, abióticos e estéticos.
- Proteger a bacia hidrográfica da Lagoa de Iriry, de forma de forma a assegurar a sustentabilidade do uso dos seus recursos naturais e a qualidade de vida.
- O desejo em garantir, culturalmente, ecologicamente e juridicamente, a preservação do ecossistema local.
- Os esforços em articular no espaço as atividades culturais, turísticas e de lazer. (ver Anexo 7.1, Fotos 3, 4, 5, 6 pág 81 e 83)

- A preocupação de que a área em questão seja um espaço aberto para os processos de educação ambiental do município e dos demais municípios circunvizinhos.

-A necessidade de estar respaldado pelos saberes científicos nas avaliações ambientais (levantamento das espécies de fauna e da flora, alertas para os problemas de doenças, erosão e assoreamento etc).

- A importância em chamar a atenção sobre o valor do lazer contemplativo e recreativo, fundamental na relação entre homem e natureza, estando relacionado com a racionalidade axiológica.

Área de Preservação do Patrimônio Natural: na área da APA encontra-se um dos últimos refúgios do ecossistema de Restinga no Município de Rio das Ostras, outrora abundante no litoral brasileiro. Assim a questão da criação da APA reforça uma reterritorialização relacionada ao critério territorial da sustentabilidade mais especificamente, pois assegura a preservação do ecossistema que a circunda e os outros dois que estão intrinsecamente relacionados. Configura-se então essa reterritorialização através de um mosaico composto de ambientes aquáticos, úmidos, e terrestre com dunas, lagoa, brejo e restinga, numa relação de integração socioambiental através do lazer e da contemplação.

Nesse aspecto é importante destacar a preocupação em estabelecer uma Área de Lazer Verde, apontado no Plano de Manejo, onde segundo a ONU, uma cidade deve contar com, pelo menos, 12 m² de área verde por habitante, sendo 40 m²/Hab o ideal para uma boa qualidade de vida. Países como Inglaterra, E.U.A., e Holanda apresentam mais áreas verdes por habitante do que o valor considerado ótimo pela ONU. No Brasil, apesar dos dados imprecisos, estes valores não chegam a 2,0 m²/hab, e, no Estado do Rio de Janeiro, este valor não ultrapassa 1,5 m²/hab. Se há a deficiência de áreas de lazer, sua implementação incorporando o ecossistema local é de um valor inestimável para questões axiológicas como o convívio com espécies endêmicas e resgate da subjetividade da natureza local como parte da convivência entre moradores, veranistas e visitantes.

Assim a APA de Iriry apresenta grande potencial devido a sua localização em uma área urbana próxima ao mar, e sua beleza natural com a presença da Lagoa de Iriry e de sua vegetação de restinga exuberante.(ver Anexo xx, Foto x,

pág xx) A APA da Lagoa de Iriry pode ser considerada um refúgio dentro do meio urbano do Município de Rio das Ostras, sendo uma excelente opção de passeio para os moradores da cidade e seus visitantes, que podem desfrutar da tranquilidade, do ar puro e da beleza cênica do local, situada próxima da concentração urbana da Cidade de Rio das Ostras e outras vizinhas, como Macaé e Casimiro de Abreu.

A área da APA é uma opção de lazer para as crianças da região, principalmente as de idade mais baixa, uma vez que reúne grandes áreas livres e ar puro, associada a um ambiente natural proporcionado pelas belezas cênicas da APA, como a própria Lagoa de Iriry e a Praia de Costa Azul.

É um local onde as crianças podem brincar livremente, sem riscos excessivos, certamente menores que na maioria dos logradouros presentes nos centros urbanos. (ver Anexo 7.1, Foto 3, pág 81). Uma observação crítica de nossa parte consiste na insistência, por parte do poder público, em colocar brinquedos feitos de ferro, pois é um material que degrada rapidamente sob os efeitos da maresia e pode causar acidentes se não houver uma constante manutenção (ver Anexo 7.1, Foto 4, pág 79).

Outro fator de extrema importância foi o resgate, perante a comunidade local, do nome original da Lagoa de Iriry. Quando adolescente, tivemos a oportunidade de visitar o Município em diversas ocasiões. Uma das atrações era a então “Lagoa da Coca-Cola”, chamada assim pela cor, que resultante da quantidade de matéria orgânica presente na água, lembrava a cor do refrigerante símbolo de uma das maiores multinacionais do mundo globalizado. Com o processo de implementação do Plano de Manejo, resgata-se o nome original de origem Tupi que significa “Lagoa das Conchas”. Nesse processo identifica-se uma importante reterritorialização, através do resgate e valorização da cultural local, associado à preservação do ecossistema local com seu aproveitamento para o lazer. Ressaltamos mais uma vez a tríplice relação referente à dimensão espiritual da sustentabilidade: a reflexão, a interiorização e a contemplação. A reflexão que fez com que todo conjunto formado por lideranças, políticos e corpo técnico, chegasse a um consenso coletivo sobre a importância de se resgatar o nome original. A interiorização, pois a partir dessa medida redescobre-se a funcionalidade ecossistêmica da cor da água e a abundância da espécie da fauna marinha que lhe dá o nome. A contemplação por parte de todos aqueles que a

visitam tendo a oportunidade de estar em contato com um fragmento natural e de nome cultural nativo. Assim dimensões e critérios de sustentabilidades estabelecidos e concretizados, juntamente com valores socioambientais de natureza axiológica e relacionados a uma dimensão mais espiritual da sustentabilidade, revelam-se, junto com a presença da comunidade, nos neoagentes que dinamizam o espaço local.

(ver Anexo 7.1, Fotos 3, 4, 5 e 6 pág 80 e 82)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

4.3

ARIE DE ITAPEBUSSUS

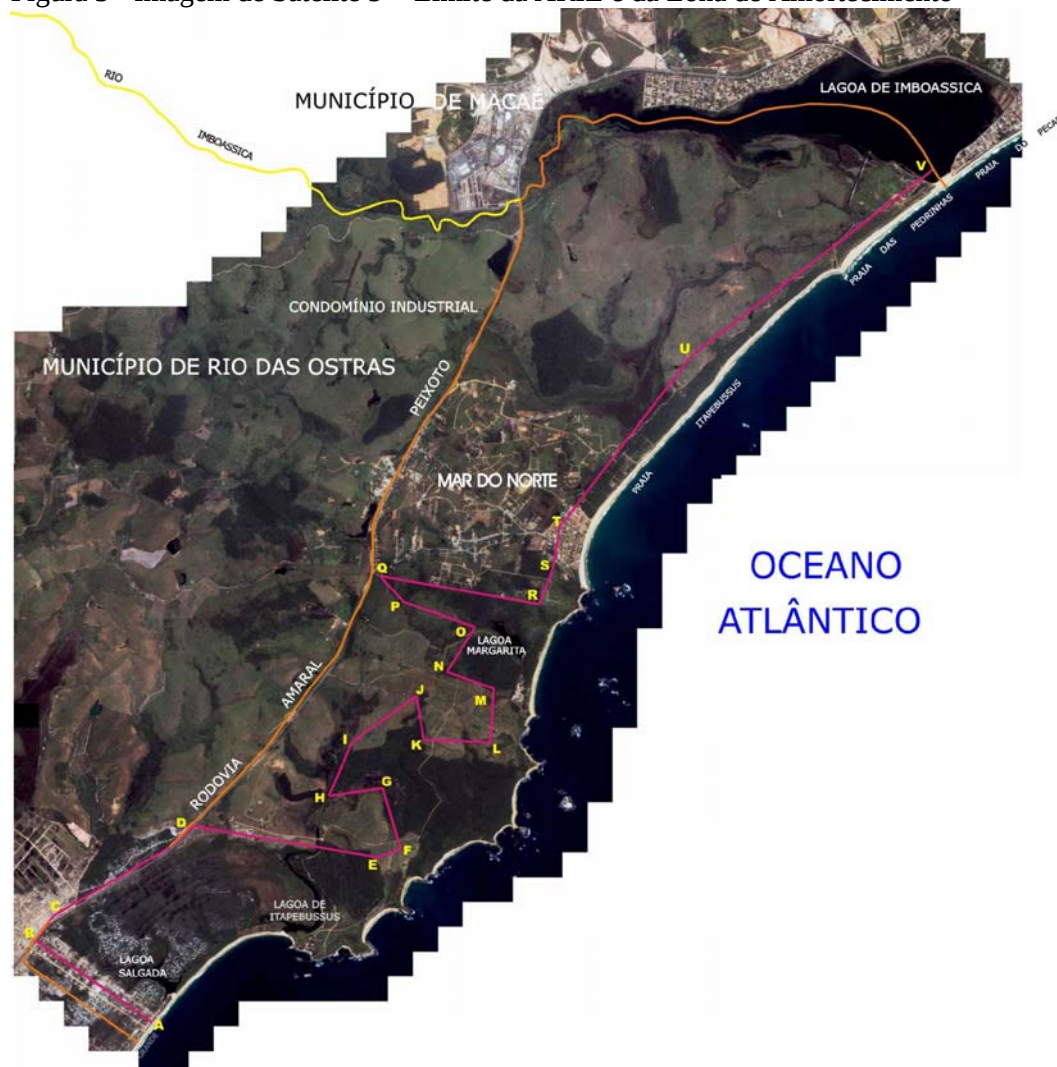
Criada em junho de 2000 pelo Decreto nº. 038/2002, a Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus localiza-se no Município de Rio das Ostras e possui uma área de 986,76 hectares, compreendendo uma faixa de terra, de largura variável, acompanhando costa, desde o Loteamento Enseada das Gaivotas até a divisa com o Município vizinho, na Lagoa de Imboassica. Sua área inclui as microbacias hidrográficas das Lagoas Salgada, Itapebussus e Margarita e parte da bacia hidrográfica da Lagoa de Imboassica.

Segundo o Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE de Itapebussus, a mesma caracteriza-se como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Como uma ARIE, abrange área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Seu objetivo é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com objetivos de conservação da natureza (Lei Federal nº 9985 / 2000 – art. 16º).

A criação da ARIE de Itapebussus contribui para a manutenção de sua diversidade biológica e de seus recursos genéticos, protegendo suas espécies ameaçadas de extinção e promovendo seu desenvolvimento em bases sustentáveis, dentre outros objetivos. Destacamos aqui a questão do desafio local em assegurar que a especulação imobiliária não seja um instrumento de desordem da ocupação local, impondo um processo de desterritorialização, descaracterizando a paisagem

preservada da ARIE. Destacamos aqui a importância do critério ambiental da sustentabilidade.

Figura 3 - Imagem de Satélite 5 - Limite da ARIE e da Zona de Amortecimento



Fonte: Plano de Manejo da ARIE de Itapebussus. Encarte II pag.2.

A ARIE tem grande parte de sua superfície coincidente com a Fazenda Itapebussus, cujo nome tem origem na denominação da lagoa ali existente. A palavra Itapebussus pode ser traduzida como “grande pedra negra”, possível referência às rochas que formam o pontão de cor muito escura que se lança, mar adentro, construindo um recorte costeiro de grande beleza. (ver Anexo 7.1, Foto 7, pág 83)

O fato do processo de formação das UC's do Município de Rio das Ostras serem um acontecimento recente faz com que tenhamos, a possibilidade de averiguar quais os critérios de inclusão e não-inclusão foram estabelecidos, dentro

do próprio documento, na constituição desse tipo de territorialidade. Assim pudemos analisar de certa forma esses critérios. De acordo com o Plano de Manejo da ARIE de Itapebussus foram observados como critérios de inclusão:

- as microbacias dos rios que fluem para a UC;
- as áreas naturais preservadas com potencial de conectividade com a UC;
- os remanescentes de ambientes naturais próximos à UC;
- a ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à UC.

Por outro lado, como critérios de não inclusão, foram consideradas:

- áreas urbanas já estabelecidas;
- áreas estabelecidas como de expansão urbana pelo Plano Diretor Municipal.

De acordo com o plano de manejo, sempre que critérios de inclusão e de não inclusão mostraram-se conflitantes, optou-se pela solução mais conservadora (a de inclusão), o que implica admitir que os limites da Zona de Amortecimento adotados no Plano de Manejo foram submetidos à revisão confirmando os critérios ou adaptando-os, nas fases posteriores de desenvolvimento do Plano.

Como critérios de ajuste, foram considerados os limites identificados em campo, como a Rodovia Amaral Peixoto e a lagoa de Imboassica. A ARIE de Itapebussus e sua Zona de Amortecimento ficaram integralmente localizadas no município de Rio das Ostras.

Dentro do processo de territorialização da Unidade de Conservação avaliadas no seu Plano de Manejo destacamos os seguintes valores:

- Conservação de Bacias Hidrográficas de pequenas Lagoas Costeiras.
- Conservação de importante remanescente florestal de restinga e proteção da Fauna.
- Caracterizações ambientais referentes ao clima, à geologia, a geomorfologia, a hidrografia, aos tipos de solo (liminologia), a vegetação, a fauna (ictiofauna, anfíbios e répteis, avifauna, mastofauna), aspectos históricos e socioeconômicos, aspectos arqueológicos (sambaquis, e tupiguarani) e alternativas de desenvolvimento econômico e sustentável.

Em relação ao Plano de Manejo cabe ressaltar que valores relacionados com a contemplação e a integração socioambiental estão muito bem identificados ao nosso ver. A principal alternativa de uso econômico de espaço da ARIE de Itapebussus, de acordo com o Plano de Manejo, deve estar vinculada à

possibilidade de se desfrutar suas paisagens. Identificam-se a relação entre o lazer e o turismo — realizados de forma disciplinada e respaldados para esforços de educação ambiental — como atividades que podem contribuir para a manutenção das características da ARIE. Outras atividades, além do turismo relacionado à sua paisagem, podem ser admitidas como positivas para a ARIE. A observação de espécies da fauna, acompanhada de monitores treinados, podem ser acrescentadas como um atrativo especial ao conjunto paisagístico da ARIE. Vemos aqui uma importante caracterização de que a dimensão espiritual da sustentabilidade, a partir de ações mais contemplativas da natureza, é dada como integrante do desenvolvimento socioeconômico, da dinâmica socioambiental, e da formação de valores locais.

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

Alguns esportes náuticos, como mergulho e o velejo, também são dados como atividades que contribuem com o desenvolvimento econômico sustentável da Unidade de Conservação. Os pontos principais foram resumidamente agrupados em nossa análise, a saber:

- Preocupação em conhecer a diversidade biológica existente na área através do levantamento de fauna (gaviões, corujas-buraqueira, caramujos, lagartos, tatuís, aranhas, entre outros) e da flora (*Mariscus pedunculatus*, *Cereus fernabucensis*, *bromélia antiacantha*, *Clusia hilariana*, *Cattleya guttata*, entre outras).
- A consciência de que naquele espaço aparece a preocupação com as formas de vidas vulneráveis e ameaçadas. (p. ex: flora: 4 espécies em perigo e 3 espécies ameaçadas, segundo critérios da IUCN; avifauna: 3 espécies ameaçadas e 7 espécies endêmicas da Mata Atlântica).
- Acento sobre a importância da beleza cênica do lugar, acenando para o diferencial daquela territorialidade local.

No entanto, outros pontos, oriundos das intervenções antrópicas, são preocupantes, merendo um estudo mais detalhado. São eles:

- Tráfego de veículos nas praias e restingas.
- Uso da área para manobras militares.
- Pesca predatória

- Queimadas
- Fragmentação dos habitats
- Caça
- Descarte de resíduos sólidos

4.4

MN – Monumento Natural dos Costões Rochosos.

Área Protegida Municipal pertencente ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Lei Federal nº. 9985 / 2000 – art. 07º e 12º). Como Monumento Natural, visa preservar sítio natural raro, de grande beleza cênica.

Criado pela Lei Municipal nº. 054, de 26 de julho de 2000 o Monumento Natural dos Costões Rochosos localiza-se no Município de Rio das Ostras, ocupando uma área de 44,10 hectares, que compreende as Praias da Joana, Brava e Areias Negras, e as Ilhas da Costa, Laje Grande, Laje das Grotas, Trinta Réis e dos Pombos. A área do Monumento Natural fundamenta-se na Lei Municipal nº 0194/96, que estabelece o zoneamento do município e caracteriza área em torno do parque como zona urbana, e no Decreto 035/2002 que estabelece algumas restrições quanto ao gabarito dos imóveis a serem licenciados em várias áreas do município (ver Anexo 7.2, Figura 4, pág 91).

O Monumento Natural dos Costões Rochosos inclui em seus limites diferentes ecossistemas costeiros, tais como restinga, costões rochosos, mata de encosta e ilhas costeiras, paisagens de grande beleza cênica. Ocupando trecho da Zona Urbana do Município de Rio das Ostras, é a única Unidade de Conservação pertencente a esta categoria no país (ver Anexo 7.2, Figura 5, pág 92).

Ressaltamos mais uma vez a preocupação dos órgãos públicos gestores, principalmente a SEMAD de Rio das Ostras, de incorporar as diferentes representações locais comunitárias, na elaboração do Plano de Manejo. No caso do MN dos Costões Rochosos o Plano de Manejo revela a preocupação de se elaborar dados sobre a visão das comunidades em relação à UC. Os dados existentes foram obtidos através da realização de uma Oficina de Planejamento

com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo do Monumento Natural dos Costões Rochosos.

Existe nos moradores uma grande preocupação com a proteção do local a partir da relação de pertencimento, principalmente devido à beleza das praias e costões. Uma territorialidade se faz assim a partir da importância da UC para a qualidade de vida da população e a necessidade de manutenção do local para as gerações futuras. A importância da educação ambiental e do respeito ao meio ambiente e a importância da UC para o turismo e para a imagem da cidade também foram contempladas de acordo com o Plano de Manejo.

Destacamos também os seguintes aspectos no Plano de Manejo:

- Valor da história geológica da área: a ligação entre a história atual.
- A importância em associar a relação entre costões e biodiversidade terrestre e marítima.
- O valor da área na relação entre história natural e história cultural dos povos tradicionais (p.ex. sambaquis)
- A importância do monumento natural dos costões rochosos enquanto laboratório vivo para os processos de educação ambiental.

Existem também atividades negativas diagnosticadas no Plano de Manejo. São elas:

- A caminhada por trilha sobre a vegetação ou costões rochosos, que se estende desde o mirante da praça da Baleia até os costões da Praia da Joana, deve ter avaliado o seu nível de risco à degradação do ambiente.
- A utilização de áreas da UC para o estacionamento de veículos pode ser considerada uma atividade geradora de impacto negativo sobre o meio físico e biótico. Na alta temporada, a ampliação dessas áreas pode ocasionar danos diretos sobre a vegetação nativa.
- A coleta de mexilhões, pesca de arpão e a pesca de linha, desenvolvidas em diversas praias, costões e nas ilhas.

(ver Anexo 7.1, Foto 8, pág 83)

4.5

Parque Municipal dos Pássaros

Faremos agora um estudo mais detalhado da parte teórica do Plano de Manejo do Parque Municipal dos Pássaros. Nosso estudo está fundamentado primeiramente na exposição resumida de alguns tópicos selecionados no Plano de Manejo, à luz das dimensões e critérios de sustentabilidades. Procuramos verificar também os valores que estão expressos nesse documento, revelando as intenções para seu processo de territorialização. Em seguida, a partir de nossas observações de campo, veremos se as propostas e valores estão sendo cumpridos.

Desde já ressaltamos que tivemos o total apoio da direção do parque, na figura do diretor Francisco José Figueiredo Coelho e sua equipe de gestores, sempre dispostos a colaborar com dados e informações, inclusive os próprios planos de manejo das unidades de conservação contempladas em nossa pesquisa.

Área Protegida Municipal pertencente ao grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, como Parque Natural Municipal. Visa à preservação de ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Criado pelo Decreto Municipal nº 091, de 29 de novembro de 2002, o Parque Municipal dos Pássaros localiza-se no Município de Rio das Ostras, com uma área de 68.880 m² e está situado no bairro Jardim Mariléia.

O Plano de Manejo compõe-se de abertura, introdução, e está dividido em 5 encartes e 1 anexo. Faremos um estudo apontando os tópicos, e acrescentando comentários pertinentes. Buscaremos nortear nossas análises através de nossa base conceitual das dimensões e critérios de sustentabilidade, dos valores éticos e socioambientais, e das novas territorialidades.

Já na apresentação destacamos a preocupação em torno do ecossistema de restinga e a questão da pressão imobiliária, devido à própria dinâmica de crescimento demográfico do município em torno da área do Parque antes da sua implementação. Também fica evidente o compromisso de integração com a população do entorno, com municípios da região e com a sustentabilidade. Resumidamente temos:

“A implantação desta unidade de conservação e consolidação de seus propósitos trará, com certeza, benefícios indiretos às cidades e municípios vizinhos, como Búzios, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Macaé e outros mais distantes, e benefícios diretos na própria cidade de Rio das Ostras, que estará sendo dotada de equipamentos que permitirão oferecer ao cidadão riostrense e ao turista, uma melhor qualidade de vida, associando lazer, oportunidade de trabalho e preservação ambiental... o Parque dos Pássaros, tendo como objetivo central a preservação ambiental e o desenvolvimento de práticas tecnicamente, socialmente e ambientalmente sustentáveis, agregará riqueza e status ao município onde estará sediado e aos municípios vizinhos, pela criação de novas possibilidades de trabalho, lazer e de uma nova forma de ocupação que respeita e acrescenta muito ao ecossistema silvestre da região” (Plano de Manejo, pág. 16).

Uma questão de extrema importância é a da expansão imobiliária para processos de territorialização local de um município com a dinâmica demográfica apresentada anteriormente. Ao nosso ver, há uma relação positiva, pois está ocorrendo um processo controlado de expansão, respeitando o ecossistema local. Como podemos observar – ainda há no entorno do Parque empreendimentos imobiliários - e segundo relato informal de um corretor de imóveis local obtido em campo, o Parque atualmente contribui para valorização dos imóveis do seu entorno. A proprietária da Padaria Caiçara, localizada bem próxima ao parque, que é nativa de Rio das Ostras, disse que nunca foi ao parque devido ao seu pavor em relação aos mosquitos. Mas mesmo assim, ela acha excelente a presença do parque e a preservação do ecossistema de restinga. Membros da sua família fazem visitas constantes ao parque e ao viveiro de pássaros. Vemos aqui um exemplo que, mesmo sem se permitir um contato direto com a Unidade de Conservação, a própria presença do parque e o uso por seus familiares despertaram a sua consciência para a preservação, além do valor de se ter um estabelecimento comercial junto ao parque. (ver Anexo 7.1, Fotos 10 e 11, pág 82 e 83).

Faremos uma crítica na questão do enfoque internacional colocada no Plano de Manejo, pois o mesmo ressalta que:

“Em virtude do seu afastamento de qualquer fronteira ou divisa brasileira com outros países, esta unidade não possui nenhuma relevância no contexto internacional, a não ser como base de estudos de representativas fauna e flora endêmicas da região nos seus fragmentos de Mata Atlântica” (Plano de Manejo, pág 20).

Percebe-se que não se deu a devida importância de uma dimensão ética de relação local-global com a pura e simples mostra de cumprimento de um critério territorial de sustentabilidade com o visitante estrangeiro. Os dados revelam que há uma significativa quantidade de visitantes vindos de outros países que

certamente podem ter se encantado com a experiência do Parque, podendo executar proposta semelhante no seu país de origem (ver Anexo 7.3, Gráfico 2 e Tabela 1, pág 94).

Destacamos a importância dos levantamentos de natureza geobiofísicas, para elaboração do Plano de manejo, o que revela a preocupação do conhecimento dos processos bióticos e abióticos não só locais mais regionais, proporcionados pela atuação de equipe de natureza interdisciplinar, segundo o próprio relatório, e disponibilizando dados de natureza científica para estudos futuros na região.

A esse processo unem-se os levantamentos de natureza antrópica para dar subsídio à implantação do parque, mas evidenciando uma dimensão política e critério territorial e cultural de sustentabilidade, contemplando toda comunidade envolvida e suas representações. Ressaltamos também a noção da importância do valor do lazer ecológico como nos revela o próprio plano de manejo:

“... projeto onde a preservação ambiental está sendo aliada ao desenvolvimento sustentável tanto social quanto do meio ambiente, trazendo mais uma opção de lazer ecológico ao riostrense e ao turista em geral. O trabalho que o Programa de Educação e Comunicação Ambiental do Projeto Parque dos Pássaros vem desenvolvendo junto às escolas do município e as comunidades, em especial a do bairro Jardim Mariléa, vai proporcionar uma análise e avaliação da visão da população de Rio das Ostras sobre esta Unidade de Conservação” (Plano de Manejo, pág.89).

Os recursos já estão gerando intercâmbios científicos para o município, para a região, e quiçá para o país. Além disto, a construção do Centro de Visitação oferece opções para exposições artísticas e lazer. Destacamos a questão de se propiciar a vivência com as aves num viveiro de grandes dimensões onde, a observação e contemplação do ambiente por trilhas ecológicas, poderá arrecadar valores representativos com as atividades que poderão ser nele desenvolvidas.

Destaca-se que, foram elaborados estudos geobiofísicos mais específicos da área do Parque e seu entorno. Notamos que além do sentido de preservação ambiental com a criação de uma Unidade de Conservação, existe o propósito de desenvolver uma mentalidade de respeito ao meio ambiente, através de um consistente Projeto de Educação e Comunicação Ambiental; o resgate e o resguardo de uma fauna e flora autóctones orientadas pelas normas e diretrizes que serão traçadas pelo Plano de Manejo.

Assinalamos a importância da possibilidade de proximidade com essas espécies, dentro do seu habitat natural, para formação de valores educacionais,

que inspirem e despertem a consciência da preservação do ecossistema de restinga, não só no município, mas em toda a região litorânea em que se encontra ameaçado.

Foi elaborado todo um planejamento para o uso do espaço com sua organização e delimitação territorial, além da divisão das funções administrativas e gestoras, que, na nossa opinião, estão bem integradas e voltadas para uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental. Exemplificando essas perspectivas vejamos as intenções expressas na proposta de criação do Banco de Extratos Vegetais:

“O estabelecimento de um Banco de Extratos e Compostos Orgânicos do próprio Parque, baseado em sua flora específica do Bioma Mata Atlântica, muito pouco explorada ainda neste segmento, poderá ser estabelecido através contratação de empresas privadas e em parceria com a UFRJ. Existe no Pólo Bioquímico da Universidade Federal do Rio de Janeiro uma empresa privada cuja missão é de agregar valor a Biodiversidade Brasileira. Isto possibilitará a propriedade do composto, e disponibilizará estes produtos para pesquisa e produção de novos remédios, trazendo como receita anual, royalties de até milhares de dólares. Como se sabe, as plantas representam uma fonte importante de medicamentos, tanto para a medicina popular, quanto para a prática médica alopática e homeopática, sendo que 40% dos medicamentos atualmente comercializados são derivados de produtos naturais. O Brasil detém uma posição potencialmente competitiva na descoberta de novas drogas naturais. Aqui se encontram representadas 70% da biodiversidade do Planeta, sendo que 20% dessas espécies, raças e variedades são encontradas apenas no Brasil” (Plano de Manejo, pág. 197).

Não podemos deixar de destacar, mesmo que apenas a nível intencional do Plano de Manejo, da intenção de utilização de recursos da própria biodiversidade do parque, em parceria com instituições de pesquisas, para gerar subsídios a sua futura auto-gestão, além de proporcionar benefícios na área da medicina. Promove-se assim a agregação de valor a biodiversidade da Mata Atlântica na organização sistemática de uma coleção que permita a identificação de derivados da Mata Atlântica e biomas associados com atividades de zero impacto ambiental. ANDREATA (2002, p.32) baseado em SIQUEIRA (2002), na sua análise sobre “O valor da biodiversidade no município de Rio das Ostras”, nos apresenta os sete princípios em relação à biodiversidade. No quarto princípio, denominado “Princípio ético-valorativo” temos: “A biodiversidade não pode ser vista apenas dentro de uma racionalidade quantitativa, técnica ou operacional, mas também na perspectiva da racionalidade qualitativa e axiológica”. Esse princípio nos mostra a importância dessa iniciativa. A criação dos Planos de Manejo das UC's de Rio das

Ostras contribuiu muito para o levantamento da biodiversidade do município, que, até então, era “pouco conhecida”). Numa referência a importância do conhecimento da biodiversidade citamos a mesma autora que nos afirma:

“Por tudo isso é preciso conhecer a importância da biodiversidade local, para que se possa mostrar aos alunos todo o potencial da fauna e da flora que existe no seu município, de modo a poder respeitar, amar e preservar a natureza que o circunda e legá-la para futuras gerações” (ANDREATA 2002, pag. 33)

“À medida que defendemos nossos ecossistemas, onde vivem milhares de organismos, cujo valor intrínseco da vida independe de sua utilidade conhecida, permitimos a sobrevivência dessas espécies, sobretudo as que são ameaçadas de extinção, endêmicas, úteis ou históricas para a região” (ANDREATA, 2002 p.33)

Sendo uma das atrações mais importantes do Parque, não poderíamos deixar de analisar a proposta de criação do Viveiro de Pássaros que tanto encanta os visitantes e constituiu uma excelente experiência de educação ambiental.

O próprio Plano de Manejo reconhece que “vivendo nas grandes cidades de nosso País, fundamentalmente as crianças de hoje poucas chances têm de compreender o significado da palavra biodiversidade e de como protegê-la e conservá-la”, pois sem conhecer e entender não se pode preservar. Segundo o Plano de Manejo foi neste sentido que a Prefeitura municipal de Rio das Ostras, por meio da sua Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Pesca – SEMAP - determinou o desenvolvimento de um grande viveiro de aves no âmbito do Projeto de Implantação e Consolidação do Parque dos Pássaros, onde jovens e adultos, tanto da cidade como de outras regiões, possam conhecer, respeitar e aprender a proteger os representantes de nossa admirável riqueza ornitológica. As medidas para implantação do viveiro, segundo consta no Plano de Manejo, foram de oitenta metros de comprimento, trinta metros de largura e vinte de altura, ou seja, com um volume total de 48.000 metros cúbicos, desenvolvendo em seu interior uma réplica dos vários ecossistemas de Mata Atlântica e Restinga cientificamente preparados para abrigar diversos elementos da nossa avifauna. As espécies podem ocupar os diferentes nichos ecológicos disponibilizados pelas diversas formações vegetais implantadas. Serve também como ferramenta para o repovoamento do entorno, uma vez que sendo de cunho conservacionista terá condições de propiciar em suas áreas de fuga a reprodução de aves autóctones. Estas, nascidas em estado semi-selvagem, estariam já preparadas para serem incorporadas no processo

científico de reintrodução, voltando a ocupar os nichos anteriormente abandonados pela pressão antrópica da área.

Em nossas visitas pudemos observar que atualmente o viveiro cumpre um importante papel no processo de triagem, pois recupera espécies que chegam ao parque em péssimo estado de saúde. Destacamos a preocupação, por parte de toda equipe envolvida no processo, em verificar a integridade dos criadores que forneceram algumas espécies nativas, através de registro no IBAMA.

Numa segunda etapa, pretende-se que as aves nascidas em cativeiro possam ser oferecidas para repovoamento de outras áreas fora do município, cumprindo assim o viveiro sua missão conservacionista. Não pudemos constatar se houve esse processo de repovoamento, apesar dos recentes ingressos de novas espécies no viveiro. Ressaltamos a transcendência da relação local através da possibilidade de reposição de espécies em outros municípios ou regiões.

Os gestores optaram por escolher famílias cujas espécies sejam pouco agressivas, e possam agradar mais aos visitantes pelo seu canto ou pelo esplendor de sua plumagem e pela curiosidade de seus hábitos.

No entanto um dos fatores mais importantes e restritivos na manutenção das aves que povoam o viveiro é a sua alimentação, preocupando-se para que os indivíduos não sejam perdidos ou deixem de reproduzir, uma vez que suas necessidades nutricionais não estejam atendidas. Segundo o Plano de Manejo, para que uma ave ainda não domesticada possa viver em vida cativeiro, mesmo que nascida em cativeiro, é necessário, além do espaço razoável, o cuidado com o fornecimento de alimentos.

De acordo com o Plano sua construção foi planejada dentro da mais moderna concepção, sendo sua tela apoiada em apenas duas estruturas de postes de aço com vinte metros de altura, dispostos equidistantemente a uma distância de 15 metros de cada extremidade, e separadas de 50 metros uma da outra, além de uma estrutura central constituída por três mastros, distante das outras duas de 25 metros. Sua tela fica disposta em cada extremidade como uma lona de circo aberta num dos lados para a união com a outra extremidade através um retângulo de tela, conforme desenho abaixo. Houve revestimento em PVC verde escuro, para que se camufle confundindo com a vegetação de porte elevado, que envolve o telado por dentro e por fora. Veja na perspectiva a seguir um esboço da concepção do

viveiro, e em seguida, visando uma comparação, uma foto atual do viveiro tirada em uma de nossas visitas.

(ver Anexo 7.2, Figura 7, pág 93)

(ver Anexo 7.1, Foto 12, pág 85)

Podemos analisar, em algumas intenções dos objetivos específicos da Unidade de Conservação, que de fato alguns deles estão se concretizando territorialmente, e que estas intenções agregam valores éticos-ambientais muito importantes para sustentabilidade, a saber:

“A preservação e a conservação dos remanescentes da floresta de planície arenosa costeira úmida, e de vegetação específica de restinga”. (ver Anexo 7.1, Foto 13, pág 84)

“Preservação das áreas de vegetação ciliar das áreas de brejos e alagados e estas coleções, que são sítios de abrigo e reprodução de espécies migratórias e ameaçadas de extinção”.

“Proteger os maciços isolados de formações florestais e refúgios associados, de forma a propiciar condições de interligação entre eles”.

“Assegurar a continuidade de corredores biológicos no âmago da reserva da biosfera da mata atlântica no estado do Rio de Janeiro”.

“Garantir a diversidade e o endemismo de flora e fauna pela ampliação de nichos Ecológicos”.

“Propiciar campo permanente para a educação ambiental, o lazer, e a pesquisa científica orientada ao reconhecimento e sobrevivência da biodiversidade e dos demais elementos”. Na tabela e gráfico em anexo vemos que o Parque segue cumprindo suas propostas de promover a educação ambiental, através de visitas monitoradas, a nível local e regional.

“Contribuição para o conhecimento técnico-científico que objetiva a recuperação ou restauração de ecossistemas degradados pelo mau uso do solo, pelas queimadas, pela invasão de plantas exóticas, pelo extrativismo fortuito ou ilegal”. Observamos que o município ainda sofre com problemas de queimadas, desmatamento e caça ilegal dentro das suas Unidades de Conservação. Mas ressaltamos que há uma preocupação por parte dos gestores das UC's em relação a esse problema, sendo que os próprios projetos de educação ambiental abordam o tema segundo informações dos gestores das UC's do município.

“A importância deste expressivo patrimônio, que após criteriosos levantamentos e prospecções apresentados nos relatórios temáticos por renomados especialistas e com o auxílio de um sistema de informação geográfica, foi possível desenvolver um planejamento para o Parque dos Pássaros, com vistas a melhor utilizá-lo e protegê-lo para as gerações futuras”.

Em relação ao sistema de informações geográficas, ressaltamos a importância do uso das tecnologias atuais de cartografia no auxílio ao Plano de Manejo, ao Diagnóstico Ambiental, e ao Plano de Gestão do Parque dos Pássaros.

No Plano de Manejo, juntamente com um acervo fotográfico em meio digital, estão as seguintes informações geográficas: Mapa com Imagem de Satélite da Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras; Mapa com Zoneamento da Unidade de Conservação; Mapa com Setores Ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio das Ostras; Mapa do Entorno.

Assim mostraremos, em anexo, fotos tiradas pelo lado de fora do viveiro onde se podem observar algumas espécies. (ver Anexo xx, Fotos 15 a 17, pág xx)

Apenas complementando nossa análise, vamos nos basear novamente na questão revelada por Siqueira (2003 pag. 23-24) das tendências da ética ambiental sustentável e sua superação. Sendo a primeira tendência uma preocupação crescente em resgatar os valores sócio-ambientais das culturas tradicionais e das expressões culturais da sociedade tanto a nível local como a nível global. Para tal os paradigmas éticos das culturas tradicionais regionais e locais devem servir de referência para a construção da sustentabilidade socioambiental. Reiteramos ainda a observação do autor para que os resultados de ações concretas e sustentáveis, vividas no local, passam a ser hoje referenciais importantes para a superação do dualismo, de se pensar o social separado e distinto do ambiental. Também da superação de utopias não encarnadas e praticas locais contraditórias. Assim julgamos mais do que satisfatório o processo de reterritorialização que o Plano de Manejo promove no Parque dos Pássaros. A julgar pelo curto prazo de tempo do funcionamento do Parque, através do seu plano de manejo, ele oferece realmente uma experiência local, mas que com partilhada nos níveis regional, nacional e global como mostra a tabela e o gráfico, mas que expressa uma nova territorialidade socioambiental de caráter histórico, social, ambiental, religioso, geográfico e etc.

(ver Anexo 7.3, Tabelas 1 e 2, pág 96 e 97)

(ver Anexo 7.3, Gráfico 2, pág 95)

(ver Anexo 7.4, Mapa, pág 98)

4.6

Projeto de Urbanização de Costa Azul

Complementando nossa análise sobre sustentabilidades e valores no Município de Rio das Ostras, faremos uma abordagem simplificada sobre o projeto paisagístico da orla de Costa Azul. Nossa abordagem visa fortalecer nossa perspectiva de que a incorporação de valores socioambientais, pelos atores e agentes locais, vem a ser uma das ferramentas mais eficientes na construção de novas territorialidades, e na promoção de uma educação ambiental, que promova uma relação de sustentabilidade duradoura no tempo e no espaço.

Nossa breve análise esta baseada em torno do trabalho de SIQUEIRA (2009, pag.39-48) que se volta “apenas aos aspectos de relacionados com o processo de arborização da orla marítima e sua estreita relação com o ecossistema de restinga”. O autor destaca a questão da integração entre arborização e ecossistema, a saber:

“Um dos caminhos que ajudam a criar uma sustentabilidade socioambiental de um município é a integração entre arborização urbana e os ecossistemas que compõem a territorialidade local. Essa integração, quando bem planejada e executada, ajuda a criar, através do processo de educação ambiental, uma escala de valores, pois aumenta a consciência social e amplia o interesse pela preservação do patrimônio ambiental de um local ou região” (SIQUEIRA 2009, pag.45).

O autor classifica o modelo de arborização adotado em Rio das Ostras como, “inovador, original e ambientalmente correto”. A região de Costa Azul é originalmente formada pelo ecossistema litorâneo de restinga, e por isso as faixas contendo os fragmentos desse ecossistema foram mantidas tanto em áreas de circulação de pedestres como nos espaços comerciais para os quiosques, diferentemente do que aconteceu em outras faixas litorâneas dos municípios do estado do Rio de Janeiro. A questão da inovação se dá pelo fato de que, segundo o autor:

“Infelizmente no Brasil os modelos de arborização, na grande maioria, não expressam a riqueza da biodiversidade de nosso território nacional, pois muitos estão calcados em esquemas europeus, sendo constituídos por espécies exóticas procedentes de outras territorialidades que não fazem parte da história socioambiental do local” (SIQUEIRA 2009, pag.46).

Outro importante aspecto ressaltado pelo autor e vivenciado por nós em visita de campo é a proximidade que o freqüentador da orla, seja turista, morador, ou veranista, desfruta do ecossistema nativo. Quando a restinga passa a fazer parte do convívio social e recreativo, inspiram-se ainda mais o ato contemplativo e o espírito de conservação. Acreditamos que, resultado da interiorização proporcionada pela proximidade, uma maior atenção é dada pelo visitante, a pequenos e belos detalhes como flores, pendões de bromélias, frutos de cactos, formas e cores distintas etc (ver Anexo 7.1, Foto 17, pág 88).

Não foram introduzidas espécies exóticas ou de outro ecossistema. Somente espécies de restinga encontradas na própria região, fazem parte do projeto paisagístico, algumas bem características desse ecossistema como, por exemplo, (segundo o artigo do referido autor): espécies arbustivas como a Clúsia (*Clusia hilariana*) e a frutífera Pitanga (*Eugenia uniflora*); espécies de Bromélias como a *Noeregelia cruenta*; espécies rasteiras fundamentais para o processo de fixação como a *Ipomoea pés-caprae*; e espécies de porte arbóreo como a *Coccoloba* sp. etc.

A realização do projeto também é caracterizada pelo fato de ser um “paradigma inspirador”. Ressaltamos a oportunidade de que uma realidade vivida localmente, venha a motivar outros projetos paisagísticos, no mesmo molde de incorporação do ecossistema local, no contexto regional, nacional e até mesmo global.

A seguir destacamos os principais pontos, para nosso trabalho, da experiência do projeto paisagístico da Orla de Costa Azul com a inserção de algumas fotos de nosso arquivo pessoal, a saber:

1) Valor de resgate ecossistêmico: ao trazer o modelo paisagístico para a área urbana, o projeto resgata a memória do ecossistema restinga para o município.

2) Valor cultural ecossistêmico: o ecossistema faz parte do valor cultural e biológico do município. O projeto paisagístico reforça esse valor.

3) Valor educativo: com a representação ecossistêmica mais próxima ainda da área urbana, as pessoas e as escolas têm a possibilidade, através da educação ambiental, de conhecer melhor as espécies de restinga, despertando o interesse pela conscientização de se preservar o ecossistema. (ver Anexo 7.1, Foto 18, pág. 88)

4)Valor contemplativo: estando próximo das áreas de circulação de transeuntes, as pessoas têm a possibilidade de contemplar os detalhes das formas, da beleza, da singularidade e com isso, manter uma relação mais efetiva com o ecossistema.

5)Valor diferencial identitário: O projeto por ser original em área urbana no interior do estado do Rio da Janeiro, agrega um valor paisagístico que diferencia o município de Rio das Ostras dos demais. O projeto acentua a marca identitária da restinga no município. (ver Anexo 7.1, Foto 19, pág 89)